

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

A AUTONOMIA PRIVADA NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA: A FUNÇÃO PROMOCIONAL DO ESTADO E O PARADIGMA DO TABACO.

Autores:

LAURA MOSTARO PIMENTEL (VIII PROVOQUE)

KELLY CRISTINE BAIÃO SAMPAIO (ORIENTADOR)

Resumo:

As ideologias que regem a sociedade em determinada época refletem no direito em seus diversos âmbitos, cabendo ao Direito adequá-las a uma ordem que tutele a pessoa humana e sua dignidade, traduzidos em princípios e valores.

Passada a necessária intervenção Estatal notadamente no pós-guerra, verificou-se que a demasiada proteção a interesses coletivos poderia suprimir interesses primariamente individuais, e isso poderia retroceder todas as conquistas acerca de direitos de liberdade individual. Além disso, a noção de interesse individual e sua tutela protetiva se ampliam face à liberdade individual propugnada no liberalismo. É que a pessoa humana coletivamente e singularmente considerada passa a ser protegida constitucionalmente, tornando papel do Direito a proteção à pessoa humana em seus atributos que a individualizam em sua dignidade.

O que se busca é aliar solidariedade social e liberdade individual, sempre tomando por princípio maior a dignidade humana. A grande dificuldade hoje é estabelecer parâmetros ético-jurídicos a se propender ora em primazia à solidariedade, ora em respeito à liberdade individual, em caso de colisão de princípios.

Nesse sentido compreende-se que a liberdade não é absoluta. A vida em sociedade implica na restrição da liberdade de ação através de normas formais e informais, mas essa restrição não pode se dar de forma irracional. O socialmente desejado não pode pautar o que é formalmente proibido. Não se deve proibir aquilo que se traduz em desconforto de muitos, posto que viole a democracia. É o que se verifica na proibição ao uso do tabaco. Não há bases científicas para se afirmar que a permissão de fumo em ambientes específicos a essa finalidade venha a gerar fumantes passivos. A afirmação de que não há níveis aceitáveis de exposição decorre de metodologia questionável, posto afirmar que mortes por acidentes cardiovasculares, câncer de pulmão, dentre outros, são decorrentes de fumo passivo. O que, em verdade se está a proteger é o mero incômodo alheio e a certeza indevida de que se deve exigir que não se exercite o direito de fumar, em verdadeiro desrespeito à liberdade individual. Há que se ponderar em favor integridade do não fumante, através de exigência de "fumódromos", e pela liberdade do fumante de não

ser inserido dentro da categoria de minoria excluída, pois que se deve primar sempre pelo humano e sua igual dignidade social.